

A Psicologia da Educação na Bahia: a história do Instituto de Orientação Vocacional – IDOV – pela memória de seus personagens

Rita de Cássia Maskell Rapold

O Instituto de Orientação Vocacional – IDOV constituiu-se como órgão da estrutura universitária da Universidade da Bahia, mais tarde Universidade Federal da Bahia – UFBA, criado no reitorado de Edgard Santos, primeiro Reitor da Universidade, responsável inclusive pela criação desta instituição, a partir da junção das faculdades e escolas superiores existentes na Bahia na época.

O período compreendido entre 1956 e 1960 talvez tenha sido o mais profícuo na história de Edgard Santos como Reitor e também da Universidade, considerando a expansão e o investimento nas áreas de arte e cultura, conferindo à Universidade um papel de vanguarda nas manifestações literárias, culturais e artísticas da Bahia na época, assim como visibilidade desse Estado no cenário da cultura nacional.

Nesse período, foram criados os famosos institutos culturais da UFBA, como também as unidades de Música, Teatro e Dança, essas últimas responsáveis por significativo impulso da vida cultural na cidade do Salvador naqueles anos. Foi nesse momento que se criou o IDOV.

Vivia-se uma grande ebulição cultural, na qual se discutia a necessidade do que se chamou na época de ‘desprovincianização’ da cultura baiana. Nesse sentido, e no bojo dessa discussão, foram criados os Seminários Livres de Música, que funcionaram como escola livre, seguindo a orientação do maestro H. J. Koellreuter. Esses cursos, alguns regulares e outros temporários, eram ministrados por professores convidados, muitos vindos do exterior, como foi o caso de Ernest Widmer, Sebastian Benda e o próprio Koellreuter, que acabaram fixando residência na cidade, integrando-se definitivamente a sua vida cultural. Posteriormente foi criado um curso pré-vestibular de música, já denotando, assim, alguma preocupação, por parte da Universidade, com a população ainda não ingressa na universidade, que também se refletiu na criação do IDOV, uma vez que este instituto teve como objetivo geral o atendimento da população jovem

da cidade, para auxiliá-la na escolha da profissão e, nesse processo, muitas vezes, também na assistência psicológica, como poderá ser verificado nos depoimentos registrados.

A Bahia, vivendo essa profusão de espaços culturais criados pela Universidade, emergiu do provincianismo que a caracterizava anteriormente, motivo de grandes discussões e críticas entre os intelectuais da época, passando a ter nova expressão de importância no cenário artístico, literário e cultural brasileiro. Ressalte-se também, nesse momento, o aparecimento do movimento cinematográfico que surgiu articulado a essas manifestações culturais.

Alcântara (1999, p.91) ressalta:

Nos anos cinqüenta e sessenta a Bahia vive intensamente o cosmopolitismo cultural, seja através de profissionais que nos visitavam para transmitir seus conhecimentos, seja através de intercâmbios ou palestras que reuniam nomes expressivos de outras partes do mundo. Nos anos sessenta o casal Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir esteve em Salvador, e em 1959 a cidade foi sede, com o apoio da Universidade da Bahia e da UNESCO, do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, no qual apresentavam trabalhos Thales de Azevedo, Milton Santos e George Agostinho da Silva.

O impulso cultural que a Universidade proporcionou à cidade do Salvador, diretamente, e ao estado da Bahia não se restringiu a essas iniciativas. Foram também criados nesse período outros institutos culturais, alguns oriundos de pequenos centros de estudos existentes na Faculdade de Filosofia, junto a algumas cátedras, notadamente de línguas e literatura. Assim, criaram-se o Instituto Franco-Brasileiro (1956) e, no mesmo ano, o Instituto de Estudos Portugueses e o Instituto de Estudos Norte-Americanos; em 1959, o Instituto Alemão e, em 1960, o Instituto de Estudos Britânicos. O objetivo geral desses institutos era o ensino da língua de cada país em cursos regulares e de verão, cursos sobre a cultura, civilização e artes dos respectivos países, assim como concessão de bolsa a alunos baianos para estudos de pós-graduação nesses países. Para isso, promovia-se a vinda de autoridades culturais desses países para conferências e mantinham-se bibliotecas e discotecas especializadas. O Centro de Estudos Afro-orientais, CEAO, criado em 1959, constituiu-se e mantém-se até a atualidade como espaço de estudos, reflexões e produção de conhecimento sobre culturas presentes na constituição histórica do povo brasileiro, sobretudo do baiano.

É nesse contexto que Edgard Santos criou, em 1958, o IDOV, convidando Emilio Mira y López, diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, para dirigi-lo.

Exatamente no período de abertura dos institutos culturais, Edgard Santos teve a iniciativa de abrir um órgão para prestar serviço de orientação vocacional aos jovens que iam ingressar na Universidade, com o objetivo de proporcionar mais clareza sobre seus interesses e aptidões.

Os saberes e as chamadas práticas psicológicas concentravam-se na área da educação e medicina historicamente; mas, nesse momento, estiveram particularmente articulados à Educação, incluindo o campo de aplicação ao trabalho. Para Antunes (mimeo), esse período caracterizou-se pela:

(...) multiplicação de manifestações da Psicologia, relacionadas a sua condição de área de conhecimento e de campo de ação, envolvendo: a ampliação de seu ensino para os cursos superiores; a concretização de atuação em diversos campos de aplicação (particularmente em Educação, Trabalho e Clínica); a introdução de diferentes abordagens teóricas; a criação de instituições de pesquisa e aplicação; o incremento da publicação de livros e o aparecimento de periódicos na área; a criação de entidades representativas da área e seus profissionais; a organização de importantes eventos científicos e, por decorrência, o movimento que culminou com a regulamentação da profissão. (p. 2)

A realidade da Psicologia na Bahia, em especial em Salvador, refletia em grande parte esse quadro nacional. Nos anos que antecederam a regulamentação da profissão de psicólogo, havia, segundo relatos dos depoentes, campos e áreas de estudo e campos de aplicação bem definidos e personagens que, por vezes, atuavam em mais de uma delas.

Em âmbito universitário, na Faculdade de Filosofia existiam duas cadeiras de psicologia, uma voltada para as licenciaturas e outra especificamente para o curso de Filosofia. Uma, sob responsabilidade de Isaías Alves, fundador da Faculdade de Filosofia, um dos pioneiros no estudo e na aplicação de testes psicológicos e estudioso de psicologia do desenvolvimento, com pesquisas substantivas na área.¹ Nessa cadeira, com conteúdos voltados para a formação de

1 Isaías Alves, autor de muitas obras sobre aferição e aplicabilidade de testes de inteligência, desenvolveu também, durante décadas, estudo sobre o comportamento infantil, a partir de observações do comportamento de seus próprios filhos. Esse material, inacabado, encontra-se no arquivo morto da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

professores, foram assistentes, por designação de seu titular: Guiomar Florence, Rosa Florence, Simone Bensabath e Alice Costa, que atuavam também em alguns momentos como auxiliares dos estudos e pesquisas desenvolvidos por Isaías Alves.

A outra cadeira era ministrada pelo médico psiquiatra João Ignácio de Mendonça, sendo exclusiva do curso de Filosofia. João Mendonça, já intencionando a criação de um curso de psicologia, organizou desde o começo essa cadeira como preparação para seu objetivo. Assim, conteúdos de psicologia foram distribuídos ao longo dos quatro anos de graduação em Filosofia, no sistema seriado utilizado à época nas universidades brasileiras.

Isaías Alves e sua equipe de assistentes, responsáveis pela outra cadeira de Psicologia da Faculdade de Filosofia, específica para as licenciaturas, tinham orientação definida quanto aos conteúdos, voltados para a aplicação da psicologia à educação, em especial psicométrica, psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, áreas que concentravam o interesse do grupo.²

Além dessas disciplinas da Faculdade de Filosofia, que evidenciam a incorporação da disciplina no âmbito universitário, como afirma Antunes (1999), no qual eram ministrados conteúdos de psicologia em cursos regulares, tem-se notícia também de cursos promovidos pela Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas, na ocasião chefiada pelo médico psiquiatra Nelson Pires. Esses cursos tinham conteúdos de Psicologia, em especial testes psicológicos. Eram inicialmente voltados para os alunos de medicina, estagiários da Clínica, mas também abertos a estudantes de outros cursos, que estivessem interessados nesses conteúdos. João Mendonça, com o objetivo que sempre perseguiu e alcançou anos depois, de criação de um curso de psicologia, também estimulava seus alunos a participar de outras iniciativas nesse campo da Psicologia.

A Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas, chefiada por Nelson Pires, tornou-se também um espaço de difusão, estudo e aprofundamento de conteúdos de psicologia, por meio de cursos periódicos de extensão que promovia. Assim se constituía o ensino universitário sistemático de psicologia na Bahia nos anos que antecederam a regulamentação da profissão. Além das iniciativas universitárias relatadas, tanto em disciplinas de cursos regulares como em cursos

2 Depoimento de Rosa Florence, em julho de 1998, utilizado para dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação, PUC-SP, em 1999.

extracurriculares, outros setores da sociedade também utilizavam e desenvolviam práticas ou fazeres psicológicos. Em instituições ligadas ao comércio, à indústria e ao sistema financeiro, como SESC, SENAC, SENAI, Federação das Indústrias, Banco Econômico, eram utilizados testes psicológicos para seleção e treinamento; além destas, também o Departamento de Pessoal do Serviço Público. Outros institutos na área de atendimento psicológico são referidos em relatos,³ sob diferentes ângulos. Houve o Instituto de Orientação Infanto-juvenil, que prestava serviço de atendimento e orientação a jovens com problemas de comportamento e cuja direção por muito tempo ficou a cargo de Elizabeth Chaves, e o Instituto Psicopedagógico que, sob a direção do médico psiquiatra Luís Fernando Pinto, funcionava como escola para crianças “excepcionais”, “deficientes mentais”⁴.

Era, em resumo, este o cenário baiano de estudos e fazeres da psicologia no período da criação do IDOV. Pode-se afirmar, com alguma segurança, que o espírito empreendedor do então reitor Edgard Santos, seu interesse por iniciativas pioneiras, no sentido de colocar a Universidade da Bahia dentro do que se discutia de atual e novo no país, levaram-no a pensar em criar um espaço para a Psicologia na Universidade, já consolidada como área de conhecimento e campo de aplicação e que vivia momentos de efervescentes discussões teóricas e metodológicas baseadas no acúmulo das experiências já sistematizadas, que apontavam para a regulamentação da profissão, que veio a acontecer no início da década de 1960. A importante experiência do ISOP, da Fundação Getúlio Vargas, sob a direção de Emilio Mira y López, era uma expressão indubitável do estado da arte desse saber no Brasil. Nesse sentido, Edgard Santos convidou Mira y López para criar e instalar um centro de orientação vocacional na Universidade da Bahia.

Com base em alguns depoimentos, parece possível supor que Edgard Santos, com o espírito empreendedor que caracterizou seu reitorado, sempre informado das discussões e inovações nas áreas de conhecimento, pelos cargos que ocupou e por suas relações acadêmicas e pessoais, tivesse desejado criar um espaço nessa área nova e efervescente que era a psicologia na época. O fato de ter sido em forma de um órgão independente ligado à reitoria talvez tenha sido

3 Depoimentos de Noelia Baqueiro, Ana Maria Messeder, Virginia Andrade, Romélia Santos e Doreen Rosas.

4 Termos usados pelo próprio psiquiatra em depoimento à autora, em julho de 1999.

uma tentativa de contemporizar as disputas internas que existiam na Universidade entre alguns setores ligados à prática psicológica. Como órgão de atendimento à população, refletia uma conduta já adotada com os institutos culturais criados no mesmo período. Por outro lado, sendo Mira y Lopéz diretor do ISOP da Fundação Getúlio Vargas, instituto com grande respeitabilidade em todo o país na época e, considerando que Edgard Santos tinha como estilo trazer pessoas de fora do estado da Bahia para implantar e dirigir novas unidades universitárias, parece ser compreensível que tenha sido esta a conduta também adotada em relação ao IDOV. Com essa atitude, nesse caso específico, provocou novas e acirrou antigas animosidades entre aqueles que, de diferentes formas e ângulos, se dedicavam ao estudo e à prática no campo da psicologia na Universidade.

Considerando a trajetória científica e profissional de Mira y Lopéz, com significativas contribuições ao desenvolvimento da psicologia no Brasil,⁵ entende-se que a atitude de Edgard Santos em convidá-lo era coerente com a conduta anteriormente adotada na criação e implantação de outras unidades universitárias durante os anos de seu reitorado, ou seja, convidar pessoas de notório saber em suas áreas de conhecimento. Assim procedeu também na criação do Instituto de Orientação Vocacional.

No verão de 1958, possivelmente em fevereiro, nasceu o IDOV, tendo a primeira reunião do grupo técnico inicial ocorrido no prédio da Reitoria, com a presença, além do reitor, Edgard Santos, e de seu oficial de gabinete, de Albérico Fraga⁶, Mira y Lopéz, Norival Sampaio, as professoras Guiomar Florence, Alice Costa e as convidadas Cidália Dias Mendez, Etienete Guimarães, Maria José Gonçalves, Constança Calmon Vilas Boas, Giscele Matos e Doreen Rosas, sendo as duas últimas convidadas por Mira y Lopéz.

A partir desse primeiro momento, sob a coordenação de Alice Costa e com a direção técnica na Bahia do psiquiatra Norival Sampaio, foram iniciados os primeiros contatos com as escolas públicas e particulares de Salvador para divulgação e esclarecimento sobre o novo órgão da Universidade, assim como o início da aplicação de testes para a construção de um parâmetro local, a partir do perfil da população jovem baiana.

5 A esse respeito ver: Santos, R. M. *Emilio Mira y Lopéz e o PMK: Cronologia das realizações*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade São Marcos, 1998.

6 Reitor da Universidade depois de Edgard Santos.

A pesquisa refletia a preocupação de Mira y Lopéz com a possível interferência da diversidade socioeconômica e cultural do país nos resultados dos testes. Para isso, era fundamental que fossem criados parâmetros próprios daquela população que seria atendida pelo IDOV.

A fala de Doreen Rosas⁷ é esclarecedora:

*Porque Dr. Mira, antes de criar o IDOV, no ano de 1958, ele fez um levantamento estatístico da realidade. Antes de criar propriamente o Instituto, ele achou que a gente não podia trabalhar com o material dos outros estados, de outras realidades. Ele queria a realidade daqui da Bahia. Nós trabalhamos muito nesta época. Fazíamos mais pesquisa, mas era pesquisa mais no sentido de aplicação de teste, por exemplo, de inteligência, para ver a média baiana, para que a gente não ficasse trabalhando com critérios de outros estados. Porque tinha a tabela do Rio de Janeiro, São Paulo. A gente trabalhava com uma tabela feita aqui e Carlos Alberto era quem fazia a parte toda de estatística, de forma que a gente tinha um trabalho em quase todos os colégios públicos e particulares, tinha assim uma amostra imensa, quase todos os colégios. Um perfil não só de inteligência, a média e também os interesses profissionais, vários testes de inteligência, verbal, espacial, para ver o que predominava aqui na Bahia. Tudo isso foi feito em 1958.*⁸

Assim, durante todo o ano de 1958 foi se constituindo a estrutura e se delineando um primeiro funcionamento do IDOV, com o desenvolvimento da pesquisa e com reuniões semanais, para avaliação e distribuição de novas tarefas, e outras mensais, com a presença de Mira y Lopéz. Nestas, eram discutidos os testes, aspectos da aplicação, assim como aferição, análise individual e comparativa entre testes, em vista de uma conclusão, em última análise, de um laudo. Mira y Lopéz supervisionava cada etapa dessa fase nessas visitas que, por vezes, se estendiam por mais de uma semana de permanência em Salvador.

Os dados foram tratados especificamente para a construção dos parâmetros locais, não havendo preocupação com qualquer análise comparativa inter-colégios ou redes. A classificação dos dados obedeceu a critério cronológico, por faixa etária, gênero e nível de escolaridade, mas não houve análise comparativa entre as categorias. Era interesse de Mira y Lopéz que se construíssem os

7 Integrante da equipe inicial.

8 Depoimento em junho de 2002.

parâmetros de forma significativa, abrangendo todas as camadas sociais. O público alvo era formado por jovens a partir de 15 anos, quando começam a manifestar interesse por uma definição profissional. Havia devolução individual dos resultados aos sujeitos testados.

É assim que Romélia Santos⁹ relata:

Esta primeira amostragem de testes foi bastante ampla, em torno de mais ou menos mil estudantes testados para o projeto de Aplicação e Validação de Inteligência Geral e Aptidões Específicas nas escolas de nível médio de Salvador e área metropolitana. Parte do tratamento estatístico foi feito no ISOP, onde foram construídas as escalas com as quais trabalhamos na segunda fase do IDOV, a orientação propriamente dita. Os nossos primeiros orientandos foram, em parte, alunos do 2º ciclo de colégios, que fizeram parte da pesquisa inicial, mas também atraiu pessoas com problemas psicológicos que queriam e necessitavam ter acesso à assistência psiquiátrica.¹⁰

Se por um lado não havia comparação entre colégios, outras comparações foram estimuladas por Mira y Lopéz. Os resultados obtidos na Bahia, que serviram de base para a construção do que se chamou “parâmetros baianos de desempenho nos testes utilizados”, eram sistematicamente comparados com desempenhos de jovens de outras cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, nos mesmos testes. Essas comparações pautaram discussões e análises que indicaram hipóteses para as diferenças encontradas.

Durante todo esse período foram montadas as grades de avaliação usadas pelo IDOV, baseadas nos resultados obtidos na testagem da amostra entre escolas da rede pública e particular e distribuídos em categorias previamente definidas por técnicos do ISOP e por Mira y Lopéz.

A equipe técnica inicial foi crescendo, notadamente com a maioria de alunas e egressas dos cursos de Pedagogia e Filosofia.

De forma geral, foi evidenciado nos depoimentos que a inexistência de um curso regular de graduação em psicologia levou muitas das pessoas interessadas nessa área a ingressar em cursos cujos conteúdos tinham interface com a psicologia. Muitas das depoentes indicaram ter sido esse o motivo de terem ingressado nos cursos de Filosofia ou de Pedagogia.

9 Integrante da equipe inicial do IDOV em depoimento em fevereiro de 2002.

10 Depoimento em fevereiro de 2000.

As alunas de Pedagogia eram maioria. No grupo inicial, apenas Doreen Rosas era oriunda da Filosofia. Mercedes Cunha, que ingressara no IDOV seis meses depois, do início dos trabalhos, também tinha origem no curso de Filosofia. Essa composição do corpo técnico parece evidenciar a não participação de João Mendonça e seus alunos na criação e instalação desse Instituto. Considere-se que o diretor técnico na Bahia era um psiquiatra, de alguma forma ligado à Clínica Psiquiátrica e declaradamente ligado ao então reitor Edgard Santos. Assim, estavam contemplados dois dos espaços universitários que desenvolviam estudos de Psicologia na época, a Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas e a cadeira de Psicologia para pedagogia e licenciaturas, da Faculdade de Filosofia, cujo titular era Isaías Alves. Exceção, portanto, apenas para a outra cadeira, sob responsabilidade de João Mendonça.

O recrutamento foi basicamente feito a partir de relações de conhecimento, de amizade, construídas dentro da Universidade, mas houve casos de convites por laços familiares ou de compadrio, muito comuns na Bahia provinciana daquela época, assim como convites determinados por expressão de poder econômico.

Em função da indefinição de cargos e funções nas atividades desenvolvidas no IDOV, até mesmo por uma indefinição geral do exercício da Psicologia no país na época, a equipe técnica passou quase um ano sem ser enquadrada no serviço público federal. Quando isso veio a acontecer, parte do grupo foi enquadrada como orientadora vocacional, cargo de nível médio, apesar de todas já terem concluído suas graduações. A reparação desse equívoco parece só ter acontecido efetivamente para algumas técnicas que, após a extinção do IDOV, fizeram concurso interno para cargos de nível superior. Alguns integrantes já tinham suas situações funcionais definidas antes mesmo do surgimento do IDOV, professoras em efetivo exercício, como Alice Costa.

Estando o IDOV em pleno funcionamento, outras pessoas foram sendo agregadas como estagiárias. Eram inicialmente estudantes de pedagogia, posteriormente também de filosofia, mas há a indicação de ter havido alguns estagiários do curso de medicina que, em alguns casos, ficaram na parte de entrevista inicial. Eram encaminhados por professores dessas unidades de ensino por demonstrarem interesse pela área de psicologia. Alguns desses estagiários foram absorvidos pelo IDOV e passaram a integrar sua equipe técnica; eram distribuídos como auxiliares dos técnicos e, por estes, treinados nos diversos procedimentos de aplicação, aferição e análise dos testes usados. Trabalhavam

sempre em dupla e, dependendo do turno de trabalho do técnico, poderiam ser treinados por mais de um. Alguns desses estagiários posteriormente saíram da Bahia em busca de outras formações, já como profissionais em suas áreas e muitos de um aprofundamento e formação no campo da psicologia.

Em agosto de 1962, tendo o IDOV já três anos de funcionamento, foi sancionada a Lei nº 4119, que regulamentou a profissão de psicólogo em todo o território nacional, trazendo uma disciplinarização necessária em defesa da população e da própria profissão e do profissional, dada a diversidade de práticas que estavam sendo desenvolvidas sem qualquer regulamentação e controle. Essa Lei concedeu 180 dias para que as pessoas com comprovada experiência na prática de psicologia requeressem ao Ministério da Educação o registro profissional.

O disposto na Lei contemplava algumas das integrantes do corpo técnico do IDOV, em função de práticas comprovadas no exercício da psicologia, anteriores a este instituto. Cidália Dias Mendez já possuía inclusive o próprio título de psicóloga, por ter iniciado a graduação em psicologia em Santiago de Chile e a concluído na Universidade da Califórnia.

Outras, como recorda Doreen Rosas, requereram o título, juntando os documentos necessários, tendo havido diferentes pareceres para cada pleito.

Durante este período foi regulamentada a profissão de psicólogo e aí as pessoas requereram. Quem tinha "X" anos de exercício profissional requereu o título. Para uns exigiram alguns exames, para outros não. Mas aí, praticamente para o pessoal todo de lá, o título foi concedido. Teve gente que não solicitou, não se interessou.

Urânia, Romélia, Mercedes, só quem não quis o título foi Noelia, e eu, que requeri o título, quando voltou, me pediram comprovação e eu não quis pedir, porque o seguinte: Dr Mendonça deu um bocado de atestado. Ele deu atestado de que estavam trabalhando com ele, mesmo assim, quem não conseguiu totalmente fez uma provinha depois, eu pedi logo cedo. Você sabe que depois eu entrei no curso de psicologia. Eu, Anamélia e Giselda, nos matriculamos no curso de psicologia para completar algumas matérias.¹¹

Percebe-se, pela fala de Doreen Rosas, que em alguns casos foi necessário o ingresso posterior no próprio curso de Psicologia, para que orientadoras vocacionais do IDOV obtivessem o título e o registro para o pleno exercício da profissão.

11 Depoimento em junho de 2002.

A divulgação dos serviços prestados pelo novo instituto da Universidade deu-se também pelos professores e funcionários, e a localização, exatamente em frente ao prédio da reitoria, facilitava sua visibilidade tanto para a comunidade acadêmica como para a população em geral. Os próprios professores e funcionários encaminhavam seus filhos e familiares para serem orientados pelo IDOV e assim também terem acesso a um serviço de testagem psicológica nunca antes disponível em Salvador. A clientela inicial foi constituída também de muitos daqueles que participaram da pesquisa inicial. Houve casos em que o objetivo da procura pelo IDOV nessa fase inicial deveu-se ao interesse de ter acesso a Mira y López, profissional do Rio de Janeiro, bastante conceituado e famoso. Em muitos casos, eram pessoas com problemas de ordem psicológica que, por não haver nenhum outro serviço de atendimento na área de psicologia na época, na cidade, buscavam no IDOV alguma ajuda.

A clientela era portanto bastante diversificada, incluía desde jovens de camadas sociais com alto poder aquisitivo a alunos de escolas públicas de bairros periféricos. Eram majoritariamente alunos do que hoje é denominado ensino médio, mas apareciam alguns alunos de educação fundamental, muitos deles levados pelas famílias, com o objetivo de definição profissional precoce. Não foram poucos também alunos da Universidade que buscavam o IDOV, movidos por insatisfação com o curso no qual ingressaram. De forma geral, os jovens eram encaminhados ao IDOV pelas escolas, famílias, amigos e, em alguns casos, por médicos e psiquiatras que viam nesse Instituto a possibilidade de auxílio no diagnóstico ou mesmo no atendimento em orientação.

Os procedimentos iniciais faziam parte significativa do processo de orientação desenvolvido no IDOV e estavam revestidos da mesma atenção na sistematização, organização e nos princípios éticos que caracterizaram os procedimentos desse órgão.

Na opinião de Mercedes Cunha:

Logo no início era pedido a eles, os orientandos, que fizessem uma autobiografia e eles faziam para depois nos entregar. E os protocolos eram muito bem feitos do ponto de vista organizacional, didático, do ponto de vista ético, o sigilo; foi uma escola. Verdadeiramente foi uma escola, foi uma instituição escola.¹²

12 Depoimento em julho de 2002.

Existia uma bateria de testes comum a todos os orientandos; eram os testes coletivos de inteligência, aptidão e interesse. Doreen Rosas esclarece:

Você fazia a entrevista e, depois, de acordo com cada caso, você ia vendo para quem ia. No IDOV tinha uma rotina de testes que era comum para todos; entrevista, tinha muita coisa de teste de inteligência, tinha teste de aptidões, teste de personalidade e entrevistas tantas quantas fossem necessárias. E aí, a partir desses testes, testes de interesse também que fazíamos, agora, a partir desses testes, a gente podia solicitar, por exemplo (...) não era rotineiro fazer PMK nem Rorschach, nem TAT. Eu era encarregada pelo teste da árvore, que era aplicado a todos. Era um teste mais rápido de aplicação e eu tinha feito o curso no ISOP. Eu fazia a avaliação do teste, a parte qualitativa. Se tivesse alguma coisa de anormal ou quiséssemos comprovar alguma suspeita ou indicação de campo vocacional, a gente solicitava outros testes, por exemplo, o TAT, ou sei lá, o PMK ou aptidões artísticas, que Noélia era responsável. Os testes coletivos eram os rotineiros. Nunca era a bateria completa, sempre tinha uma bateria mínima, a gente podia trabalhar só com essa.¹³

Nesse trecho de depoimento, evidencia-se que a divisão de responsabilidades técnicas dentro do IDOV esteve diretamente ligada à formação de cada orientadora e, especificamente, no caso dos testes, dependia dos cursos de que tinham participado no ISOP.

Mira y Lopéz participava ativamente do funcionamento do Instituto, com visitas periódicas para reuniões de supervisão. Sua estadia em Salvador podia se estender até por uma semana. Nesse período, intensificavam-se as discussões dos casos em verdadeiros mutirões, quando Mira y Lopéz ouvia os relatos do casos, os resultados, analisava, criticava, levantava aspectos ainda não percebidos, dando a orientação necessária, às vezes mandando mesmo refazer o parecer. A fala de Mercedes Cunha reflete parte do papel desempenhado por Mira y Lopéz na supervisão técnica ao IDOV:

Quando ele, Mira, estava presente, se intensificava, se faziam as reuniões sucessivas de manhã, de tarde e até de noite. Quando ele vinha, se aproveitava, porque inclusive quando a gente tinha dúvidas de alguns casos, mesmo que já tivessem sido discutidos, mas que nós mantínhamos alguma dúvida, retomávamos quando ele chegava. Inclusive quando tínhamos alguma dúvida sobre a própria avaliação, sobre PMK, e aí ele esclarecia. Sobre

13 Depoimento em junho de 2002.

